Aplicabilidade do Direito ao Apagamento face à Publicidade Obrigatória dos Registos Públicos das Sociedades

**Análise do Acórdão do Tribunal de Justiça (Primeira Secção) de 4 de outubro de 2024
Processo C-200/23**

DIANA PATRÍCIA PEREIRA DIAS

Técnica Superior da Unidade de Proteção de Dados do Serviço de Apoio Jurídico dos Serviços Partilhados da Universidade do Porto
Mestre em Direito e Informática pela Universidade do Minho

DOI: <https://doi.org/10.34626/saj.2025.v1i2.1844>

Sumário: **I – Introdução;** **II – Enquadramento Jurídico;** **2.1.** O papel do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE); **2.2.** Do reenvio prejudicial; **2.3.** Proteção de Pessoas Singulares no âmbito de aplicação do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD); **2.3.1.** Âmbito de aplicação do RGPD; **2.3.2.** Conceito de tratamento de dados pessoais; **III – A Responsabilidade pelo Tratamento de Dados nos Registos Comerciais;** **3.1.** Sobre o responsável pelo tratamento; **3.2.** A responsabilidade da Agência da Bulgária segundo o TJUE; **IV – Publicidade Obrigatória vs. Voluntária de Dados Pessoais;** **V – Interpretação do Direito ao Apagamento;** **5.1.** Direito ao apagamento; **5.2.** Posicionamento do acórdão do TJUE quanto ao direito de apagamento; **VI – Responsabilidade e indemnização por danos imateriais;** **VII – A Relevância Jurídica dos Pareceres das Autoridades de Controlo;** **VIII – Conclusões;** **IX - Bibliografia**

Palavras-chave: reenvio prejudicial; proteção de pessoas singulares; dados pessoais; tratamento de dados pessoais; registos comerciais; TJUE; TFUE; Diretiva (UE) 2017/1132; direito ao apagamento; responsabilidade e indemnização.

I – INTRODUÇÃO

O Processo C-200/23 tem origem num pedido de decisão prejudicial apresentado pelo *Varhoven administrativen sad* (Supremo Tribunal Administrativo da Bulgária), no âmbito de um litígio entre a OL, sócia da sociedade «Praven Shtit Konsulting» OOD, e a *Agentsia po vpisvaniyata* (Agência de Registos da Bulgária) (doravante Agência). A controvérsia centra-se na compatibilização entre a publicidade dos atos societários – designadamente a publicação, no registo comercial, de contratos de sociedade contendo dados pessoais – e o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (doravante RGPD).

O litígio teve origem na recusa, por parte da Agência, em dar provimento ao pedido de OL para a eliminação dos seus dados pessoais, como nomes próprios e apelidos, moradas, números de identificação e assinaturas, os quais haviam sido tornados públicos aquando do registo de referida sociedade. O Tribunal de Justiça da União Europeia (doravante TJUE) foi, assim, chamado a pronunciar-se sobre como se pode articular a Diretiva (UE) 2017/1132, relativa a certos aspetos do direito das sociedades, com o RGPD. Em causa estava, em particular, a licitude da conservação de determinados dados pessoais no registo comercial e a eventual possibilidade de os titulares desses dados exercerem o direito ao apagamento.

No acórdão proferido, o TJUE concluiu, entre outros aspetos, que a publicação de dados pessoais que não sejam exigidos por disposições do direito da União ou por normas nacionais aplicáveis não pode ser considerada uma obrigação legal. Reconheceu, ainda, que a autoridade responsável pelo registo comercial é qualificada como responsável pelo tratamento desses dados, nos termos do RGPD. Sublinhou igualmente que o direito ao apagamento é aplicável sempre que não existam razões imperiosas e legítimas que justifiquem a manutenção dos dados em causa e que, por fim, a emissão de pareceres pelas autoridades de controlo em matéria de proteção de dados não isenta os responsáveis pelo tratamento da responsabilidade que lhes é legalmente imputada.

Este acórdão vem reforçar a primazia dos princípios consagrados no RGPD, mesmo em contextos regulados por normas específicas relativas à publicidade societária, impondo uma análise criteriosa da necessidade e proporcionalidade do tratamento de dados pessoais efetuado no âmbito desses processos.

II – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

2.1. O papel do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE)

A função principal do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) é assegurar a interpretação consistente do Direito da União, garantindo a sua aplicação uniforme em todos os Estados-Membros. Compete-lhe também resolver conflitos legais entre os Estado-Membros e as instituições da União Europeia¹.

As pessoas singulares, empresas ou organizações podem também acudir ao TJUE, em certas circunstâncias, se acreditarem que os seus direitos foram violados por ações de instituições europeias².

Compete ao TJUE decidir sobre os casos que lhe são apresentados, sendo os mais frequentes aqueles que envolvem a interpretação da legislação da União, por meio do reenvio prejudicial; a verificação do cumprimento das obrigações pelos Estados-Membros, através de ações por incumprimento; a anulação de atos legislativos europeus, por meio de recursos de anulação; a resposta à inação das instituições da União, através de ações por omissão; e, ainda, a aplicação de sanções e a reparação de danos causados pelas instituições europeias, por meio de ações de indemnização³.

2.2. Do reenvio prejudicial

O TJUE é competente para decidir, a título prejudicial, sobre a interpretação dos Tratados, bem como sobre a validade e a interpretação dos atos adotados pelas instituições, órgãos ou organismos da União, conforme o exposto no artigo 267.^{o4} do

¹ UNIÃO EUROPEIA, «Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE)», disponível para consulta em https://european-union.europa.eu/institutions-law-budget/institutions-and-bodies/search-all-eu-institutions-and-bodies/court-justice-european-union-cjeu_pt.

² *Idem*.

³ *Idem*.

⁴ «O Tribunal de Justiça da União Europeia é competente para decidir, a título prejudicial: a) Sobre a interpretação dos Tratados; b) Sobre a validade e a interpretação dos atos adotados pelas instituições, órgãos ou organismos da União. Sempre que uma questão desta natureza seja suscitada perante qualquer órgão jurisdicional de um dos Estados-Membros, esse órgão pode, se considerar que uma decisão sobre essa questão é necessária ao julgamento da causa, pedir ao Tribunal que sobre ela se pronuncie. Sempre que uma questão desta natureza seja suscitada em processo pendente perante um órgão jurisdicional nacional cujas decisões não sejam suscetíveis de recurso judicial previsto no direito interno, esse órgão é obrigado a submeter a questão ao Tribunal. Se uma questão desta natureza for suscitada em processo pendente perante um órgão jurisdicional nacional relativamente a uma pessoa que se encontre detida, o Tribunal pronunciar-se-á com a maior brevidade possível.» Cfr. UNIÃO EUROPEIA, *Tratado sobre o Funcionamento da União*

Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (doravante TFUE). Esta competência permite assegurar uma aplicação uniforme e eficaz do Direito da União Europeia em todos os Estados-Membros⁵.

O artigo 344.º do TFUE, define que os Estados-Membros não podem submeter diferendos relativos à interpretação ou aplicação dos Tratados a mecanismos de resolução distintos dos neles previstos reforçando assim a exclusividade da jurisdição do TJUE. Desta forma, impõe-se o domínio dos modelos metodológicos desenvolvidos pelo TJUE e o fortalecimento do diálogo jurisdicional no espaço da União⁶.

O reenvio prejudicial assume-se, neste contexto, como um instrumento de cooperação direta entre o TJUE e os órgãos jurisdicionais nacionais, considerados juízes de direito comum da União. Sempre que, no decurso de um processo, surja uma questão relativa à interpretação ou validade do Direito da União, o juiz nacional pode – e, em certas circunstâncias, deve – submeter essa questão ao TJUE. Essa obrigação impõe-se, nomeadamente, aos tribunais de última instância ou quando esteja em causa a liberdade de uma pessoa detida, casos em que o TJUE deve pronunciar-se com especial celeridade⁷.

O pedido de decisão prejudicial pode visar não apenas a interpretação normativa, mas também a apreciação da legalidade de atos adotados pelas instituições da União. A decisão do TJUE é proferida sob a forma de acórdão ou despacho fundamentado, sendo vinculativa para o órgão jurisdicional que apresentou o reenvio e extensível a outros tribunais nacionais que venham a apreciar questões idênticas⁸.

Embora apenas os tribunais nacionais possam desencadear este mecanismo, o processo junto do TJUE admite a participação das partes envolvidas na ação principal, dos Estados-Membros e das instituições da União. Este quadro participativo tem permitido a consagração de importantes princípios do Direito da União, muitas vezes a partir de questões submetidas por tribunais de primeira instância⁹.

Nos termos do artigo 4.º, n.º 3, do Tratado da União Europeia (doravante TUE), os Estados-Membros têm o dever de assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes dos Tratados e de cooperar lealmente com as instituições da União. Esta disposição

Europeia (versão consolidada), de 7 de junho de 2016, disponível para consulta em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A12016E267>.

⁵ MENEZES CORDEIRO, A. Barreto, *Direito da Proteção de Dados à luz do RGPD e da Lei n.º 58/2029*, Almedina, 2022 – reimpressão, p. 47.

⁶ *Ibidem*.

⁷ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA, «Composição», disponível para consulta em https://curia.europa.eu/jcms/jcms/Jo2_7024/pt/.

⁸ *Idem*.

⁹ *Idem*.

fomenta o reenvio prejudicial enquanto mecanismo jurídico essencial de cooperação jurisdicional, que visa garantir a uniformidade de interpretação e a plena eficácia das normas da União Europeia em todo o seu território¹⁰.

O artigo 19.º, n.º 1, do TUE reforça este princípio ao atribuir ao TJUE a responsabilidade de assegurar o respeito pelo Direito na interpretação e aplicação dos Tratados. Nos termos do seu n.º3, alínea b), compete-lhe decidir, a título prejudicial e a pedido dos órgãos jurisdicionais nacionais, sobre a interpretação do Direito da União ou sobre a validade dos atos adotados pelas instituições¹¹.

Deste modo, o reenvio prejudicial destaca-se como uma peça central na arquitetura jurídica da União Europeia, promovendo a unidade do sistema jurídico e fortalecendo a cooperação entre o TJUE e os sistemas jurídicos nacionais¹².

2.3. Proteção de Pessoas Singulares no âmbito de aplicação do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD)

2.3.1. Âmbito de aplicação do RGPD

De acordo com o artigo 2.º do RGPD, o âmbito de aplicação do Regulamento abrange o tratamento de dados pessoais efetuado, no todo ou em parte, por meio automatizados, bem como ao tratamento não automatizado de dados pessoais que integrem um ficheiro ou que se destinem a ser incluídos num ficheiro. Esta disposição assegura a aplicabilidade do Regulamento tanto a operações realizadas com recurso a tecnologias digitais como àquelas que, embora manuais, estejam organizadas de forma estruturada e acessível, reforçando assim a proteção dos titulares dos dados em múltiplos contextos de tratamento¹³.

¹⁰ LOURENÇO, Luísa, «O Reenvio Prejudicial para o TJUE e os Pareceres Consultivos do Tribunal EFTA» in *Julgar* n.º 35, Almedina, 2018, disponível para consulta em <https://julgar.pt/wp-content/uploads/2018/05/J35-08-L-Louren%C3%A7o.pdf>, p. 189.

¹¹ *Ibidem*.

¹² *Ibidem*.

¹³ MENEZES CORDEIRO, A. Barreto, *Direito da Proteção de Dados à luz do RGPD e da Lei n.º 58/2029*, *op.cit.*, p. 85.

2.3.2. Conceito de tratamento de dados pessoais

Considerando o exposto no artigo 4.º, n.º 1, do RGPD, este conceito abrange qualquer informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável¹⁴.

Assim como, consagrado no ordenamento jurídico europeu e internacional, a noção de dados pessoal, baseia-se em quatro dimensões essenciais e juridicamente autónomas. Desde logo, abrange-se “qualquer informação”, esta expressão deve ser interpretada de forma ampla, sendo que deve incluir todo o tipo de dados suscetíveis de conter elementos referentes a uma pessoa. Em segundo lugar, é imperativo que a informação seja “relativa a” alguém, isto é, é essencial que exista uma ligação factual ou de significado entre os dados e a pessoa em causa. Em terceiro lugar, o titular dos dados deve ser uma “pessoa singular”, excluindo-se assim a proteção de pessoas coletivas. Por último, para que se trate de um dado pessoal, a pessoa em questão deve estar “identificada ou identificável”, o que acontece sempre que seja viável determiná-la, direta ou indiretamente, através de elementos como o nome, um número identificativo, dados de localização, identificadores eletrónicos ou outros atributos próprios da sua identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social^{15/16}.

Por sua vez, o tratamento é definido por qualquer operação ou conjunto de operações efetuadas sobre os dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, conforme o artigo 4.º n.º 2 do RGPD. Esta aceção abarca uma variedade de ações, incluindo a recolha, o registo, a organização, a conservação, a adaptação, a consulta, a utilização, a comunicação por transmissão, a difusão, a limitação, o apagamento e a destruição dos dados. Neste seguimento, reconhece-se que o tratamento tem um papel central na aplicação do RGPD, pois é precisamente a realização de qualquer uma destas operações que determina a necessidade de observância dos princípios e obrigações do regime jurídico da proteção de dados. Sem uma operação que consubstancie tratamento, a proteção conferida pelo RGPD não se aplica, mantendo-se num plano meramente teórico¹⁷.

¹⁴ *Idem*, p. 107.

¹⁵ *Idem*, pp. 107 a 122.

¹⁶ REGULAMENTO (UE) N.º 679/2016, *Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) da União Europeia*, 27 de abril de 2016, disponível para consulta em https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2961&tabela=leis&so_miolo=, cfr. artigo 4.º, n.º 1 do RGPD.

¹⁷ MENEZES CORDEIRO, A. Barreto, *Direito da Proteção de Dados à luz do RGPD e da Lei n.º 58/2029*, *op.cit.*, pp. 143 e 144.

A definição legal de tratamento pode ser desdobrada em três elementos essenciais: em primeiro lugar, a referência a uma operação ou a um conjunto de operações, que abrange tanto atos isolados como processos compostos por múltiplas ações de natureza jurídica ou técnica realizadas sobre os dados; em segundo lugar, a exigência de que essas operações incidam sobre dados pessoais, ou seja, dados relativos a pessoas singulares identificadas ou identificáveis, ficando assim excluídos os dados anonimizados ou relativos a pessoas coletivas; e, por fim, a indicação de que essas operações podem ser realizadas por meios automatizados ou não automatizados, as quais já abordamos anteriormente¹⁸.

III – A RESPONSABILIDADE PELO TRATAMENTO DE DADOS NOS REGISTOS COMERCIAIS

3.1. Sobre o responsável pelo tratamento

Nos termos do artigo 4.º, n.º 7, do RGPD, entende-se por responsável pelo tratamento a pessoa singular ou coletiva, autoridade pública, agência ou outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outros, determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais.

Sempre que essas finalidades e meios sejam definidos pelo Direito da União ou pelo direito de um Estado-Membro, o responsável pelo tratamento — ou os critérios específicos relativos à sua designação — podem ser estabelecidos por esse mesmo ordenamento jurídico¹⁹.

3.2. A responsabilidade da Agência de Registos da Bulgária segundo o TJUE

Uma das questões centrais analisadas no processo em apreço prende-se com a qualificação jurídica da entidade responsável pela manutenção do registo comercial, enquanto sujeito ativo no tratamento de dados pessoais. Neste contexto, o TJUE concluiu que a autoridade nacional competente pelo registo — no caso concreto, a Agência — deve ser considerada simultaneamente “destinatária” e “responsável pelo tratamento” dos

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ REGULAMENTO (UE) N.º 679/2016, *Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) da União Europeia*, *op. cit.*, cfr. artigo 4.º, n.º 7.

dados pessoais constantes dos documentos apresentados para efeitos de registo, conforme previsto nos artigos 4.º, 7) e 9) do RGPD²⁰.

Esta tomada de posição assume particular relevância ao clarificar que a autoridade de registo não pode ser entendida como um mero repositório passivo ou um canal técnico de transmissão da informação submetida pelos requerentes. Ao disponibilizar publicamente os dados e ao definir, de forma autónoma, os termos da sua conservação e divulgação, a autoridade de registo exerce um controlo efetivo sobre as finalidades e os meios de respetivo tratamento. Desta forma, preenche, assim, os critérios anteriormente referidos que fundamentam a sua qualificação como responsável pelo tratamento de dados pessoais, nos termos do RGPD²¹.

Adicionalmente, o TJUE sublinhou que as operações subsequentes à submissão do contrato de sociedade — designadamente a publicação online dos dados pessoais contidos no documento — não se esgotam num simples ato de receção, mas constituem decisões autónomas da autoridade de registo. Neste seguimento, o Tribunal afirmou que tais deliberações devem, necessariamente, submeter-se inteiramente aos princípios e as obrigações estabelecidos pelo RGPD, particularmente no que respeita ao fundamento de licitude do tratamento, à minimização dos dados e à limitação das finalidades, plasmados no artigo 5.º do referido diploma²².

A posição assumida pelo TJUE, relativamente ao conceito de “responsável pelo tratamento”, mostra-se inteiramente alinhada com uma interpretação funcional desta figura, cuja finalidade consiste em garantir que qualquer entidade que, de forma efetiva, determine as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais esteja vinculada às obrigações de proteção estabelecidas no RGPD. Na prática, tal orientação impõe às autoridades de registo uma atuação mais exigente e criteriosa no que respeita à publicação

²⁰ O douto aresto decidiu o seguinte que passamos a transcrever: “*Atendendo ao que precede, há que responder à quinta questão que o RGPD, nomeadamente o seu artigo 4.o, n.os 7 e 9, deve ser interpretado no sentido de que a autoridade encarregada da manutenção do registo comercial de um Estado-Membro que publica, nesse registo, os dados pessoais constantes de um contrato de sociedade sujeito à publicidade obrigatória prevista na Diretiva 2017/1132, que lhe foi transmitido no âmbito de um pedido de inscrição da sociedade em questão no referido registo, é tanto «destinatária» desses dados como, nomeadamente na medida em que os disponibiliza ao público, «responsável pelo tratamento» dos referidos dados, na aceção desta disposição, mesmo que esse contrato contenha dados pessoais não exigidos por esta diretiva ou pelo direito desse Estado-Membro.*” Cfr. UNIÃO EUROPEIA, *Acórdão do Tribunal de Justiça no Processo C-200/23*, de 4 de outubro de 2024, disponível para consulta em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:62023CJ0200>, n.º 83.

²¹ *Idem*, cfr. n.º 72 a 76.

²² *Ibidem*.

e conservação de dados pessoais, sobretudo nos casos em que essas operações não decorram diretamente de imposições legais expressas²³.

IV- PUBLICIDADE OBRIGATÓRIA VS. VOLUNTÁRIA DE DADOS PESSOAIS

Tendo em conta o disposto no considerando 12 da Diretiva (UE) 2017/1132^{24/25}, que defende a promoção do acesso transfronteiriço à informação societária, deve permitir-se não apenas a publicidade obrigatória numa das línguas oficiais do Estado-Membro da sociedade em causa, mas também o registo facultativo dos documentos e elementos obrigatórios em outras línguas. As traduções disponibilizadas neste contexto deverão poder ser invocadas por terceiros que atuem de boa-fé²⁶.

Acresce que o acórdão em análise confere especial relevo à distinção entre a publicidade de dados pessoais imposta por disposição legal e a publicação voluntária ou excessiva de dados que não são legalmente obrigatórios. O TJUE sublinha que, embora a Diretiva estabeleça obrigações de publicidade relativamente a determinados atos societários, tal não implica a necessidade de divulgar todos os dados pessoais constantes dos documentos sujeitos a registo²⁷.

²³ *Ibidem*.

²⁴ Conforme salientado pela advogada-geral no n.º 15 das suas conclusões, parte dos factos relevantes ocorreu após 1 de agosto de 2021, data em que terminou o prazo de transposição da Diretiva (UE) 2019/1151 (cf. artigo 2.º, n.º 1 da referida diretiva). Compete, por isso, ao órgão jurisdicional de reenvio verificar se os factos em causa estão abrangidos pelo âmbito de aplicação *ratione temporis* da Diretiva 2017/1132, na sua versão original, ou já na versão alterada pela Diretiva 2019/1151. Não obstante, o Tribunal de Justiça esclareceu que as alterações introduzidas — nomeadamente na redação dos artigos 16.º e 161.º e com o aditamento do artigo 16.º-A — não têm impacto na análise a efetuar no presente processo. Assim, as respostas fornecidas no acórdão são, em qualquer caso, consideradas pertinentes. Cfr. UNIÃO EUROPEIA, *Acórdão do Tribunal de Justiça no Processo C-200/23*, *op. cit.*, n.ºs 47 a 49.

²⁵ A Diretiva (UE) 2017/1132 estabelece um conjunto de medidas de coordenação no âmbito do direito das sociedades, com o objetivo de harmonizar as garantias exigidas pelos Estados-Membros para a proteção dos interesses dos sócios e de terceiros. Essas medidas dizem respeito, em primeiro lugar, à constituição, conservação e modificação do capital social das sociedades anónimas, assegurando que as garantias jurídicas aplicáveis sejam equivalentes em toda a União Europeia. A diretiva regula igualmente aspetos relativos à publicidade, à validade dos atos e à nulidade das sociedades por ações e das sociedades de responsabilidade limitada, reforçando a segurança jurídica nas relações societárias. Prevê ainda a obrigatoriedade de publicidade das sucursais estabelecidas num Estado-Membro por sociedades reguladas pelo direito de outro Estado-Membro, garantindo a transparência transfronteiriça. Por fim, a diretiva abrange as regras aplicáveis à fusão e cisão de sociedades anónimas, bem como às fusões transfronteiriças de sociedades de responsabilidade limitada, contribuindo para uma maior integração e mobilidade das empresas no mercado interno europeu. Cfr. UNIÃO EUROPEIA, *Diretiva (UE) 2017/1132 do Parlamento Europeu e do Conselho*, relativa a determinados aspetos do direito das sociedades, 14 de junho de 2017, disponível para consulta em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32017L1132>, cfr. artigo 1.º.

²⁶ *Idem*, cfr. considerando 12.

²⁷ UNIÃO EUROPEIA, *Acórdão do Tribunal de Justiça no Processo C-200/23*, *op. cit.*, cfr. n.ºs 105 a 112 e 114 a 116.

Importa sublinhar que o TJUE clarifica que a publicidade obrigatória prevista na Diretiva deve restringir-se às informações estritamente necessárias, à luz do direito da União e do direito nacional aplicáveis. Quando são apresentados às autoridades de registo documentos que contenham dados pessoais que ultrapassem as exigências legais — como números de identificação civil, moradas completas ou assinaturas manuscritas — a publicação destes elementos carece de fundamento normativo, tratando-se, por conseguinte, de uma forma de publicidade voluntária ou não justificada do ponto de vista jurídico²⁸.

A este respeito, o artigo 161.º da Diretiva consagra expressamente que o tratamento de dados pessoais efetuado no seu âmbito está sujeito ao disposto no Regulamento (UE) 2016/679²⁹. Nesta conjuntura, o TJUE, na sua decisão, reforça a aplicação integral dos princípios estabelecidos no RGPD, salientando, em particular, o princípio da minimização dos dados, o qual exige que o tratamento dos dados pessoais se limite apenas àqueles que sejam adequados, pertinentes e limitados para os fins a que se destinam³⁰.

Deste modo, a inclusão e divulgação de dados pessoais que não sejam exigidos por qualquer norma legal específica configura um tratamento sem base jurídica válida, podendo, por conseguinte, infringir o princípio da licitude³¹.

A decisão do TJUE assume especial importância ao clarificar que a obrigação de preservar a integridade dos documentos societários submetidos para registo — frequentemente invocada como justificação para a sua divulgação tal como foram entregues — não deve prevalecer de forma automática sobre o direito à proteção dos dados pessoais. Pelo contrário, compete às autoridades responsáveis pelo registo proceder a uma análise prévia desses documentos, de modo a identificar quais os dados essenciais e separar daqueles que não dispensáveis, promovendo, sempre que viável, a anonimização ou eliminação destes antes da sua publicação.

Deste modo, o acórdão enfatiza a importância de conciliar o dever de publicidade com os direitos fundamentais de proteção de dados, exigindo uma avaliação rigorosa

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ UNIÃO EUROPEIA, *Diretiva (UE) 2019/1151 do Parlamento Europeu e do Conselho*, que altera a Diretiva (UE) 2017/1132 no respeitante à utilização de ferramentas e procedimentos digitais no domínio do direito das sociedades, 20 de junho de 2019, disponível para consulta em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32019L1151>.

³⁰ REGULAMENTO (UE) N.º 679/2026, *Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) da União Europeia*, *op. cit.*, cfr. artigo 5.º, n.º 1, alínea c).

³¹ *Idem*, cfr. artigo 5.º, n.º 1, alínea a).

quanto à legalidade e adequação da informação tornada pública, em conformidade com o RGPD.

V – INTERPRETAÇÃO DO DIREITO AO APAGAMENTO

5.1. Direito ao apagamento

Este direito está intimamente relacionado com vários princípios fundamentais consagrados no artigo 5.º do RGPD, destacando-se, entre outros, o princípio da licitude, o da limitação das finalidades, o da minimização dos dados e o da limitação da conservação³².

O titular dos dados pessoais tem o direito de solicitar o seu apagamento sempre que se verifique uma das seguintes condições: os dados deixem de ser necessários para as finalidades que motivaram o seu tratamento; o consentimento previamente prestado seja retirado e não exista outro fundamento jurídico que legitime o tratamento; o titular exerça o seu direito de oposição nos termos do artigo 21.º; o tratamento dos dados se revele ilícito; o apagamento resulte de obrigação legal decorrente do direito da União ou do direito nacional aplicável ao responsável pelo tratamento; ou os dados tenham sido recolhidos no contexto da oferta de serviços da sociedade da informação, conforme previsto no artigo 8.º do RGPD³³. No diz respeito à concretização deste direito, são aplicáveis, com as devidas adaptações, as observações feitas relativamente ao direito de retificação: o apagamento deve ser efetuado com a maior brevidade possível, tendo em conta as circunstâncias do caso e em estrito cumprimento dos requisitos previstos no artigo 12.º do RGPD³⁴.

Importa ainda salientar que, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º do RGPD, a obrigação de apagar os dados depende da inexistência de um fundamento de licitude que justifique a continuação do tratamento. Assim, o titular dos dados não poderá exigir o apagamento se o responsável pelo tratamento dispuser de fundamento jurídico válido para a sua conservação³⁵.

³² MONIZ, Graça Canto, *Manual de Introdução à Proteção de Dados Pessoais*, Almedina, 2024, p. 177.

³³ REGULAMENTO (UE) N.º 679/2016, *Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) da União Europeia*, *op. cit.*, cfr. artigo 17.º.

³⁴ MENEZES CORDEIRO, A. Barreto, *Direito da Proteção de Dados à luz do RGPD e da Lei n.º 58/2029*, *op.cit.*, p. 278.

³⁵ *Ibidem*.

5.2. Posicionamento do acórdão do TJUE quanto ao direito de apagamento

Na sequência do pedido apresentado pela OL, o Tribunal de Justiça da União Europeia pronuncia-se, de forma particularmente relevante, sobre a aplicabilidade do direito ao apagamento, previsto no artigo 17.º do RGPD, no contexto da publicidade dos registos públicos. Como já vimos, esta norma reconhece aos titulares de dados o direito de obter do responsável pelo tratamento o apagamento dos seus dados pessoais, nomeadamente quando estes deixem de ser necessários para a finalidade que justificou a sua recolha ou quando o tratamento não se revele lícito³⁶.

No caso concreto, o TJUE considera que, na ausência de um fundamento jurídico claro que legitime a publicação de certos dados pessoais constantes do contrato de sociedade, tais como assinaturas, moradas ou números de identificação, o tratamento desses dados não pode ser tido como lícito. Nestas circunstâncias, assiste aos respetivos titulares o direito de solicitar o seu apagamento³⁷.

Contudo, o Tribunal lembra que este direito não é absoluto. Quando o tratamento de dados for necessário para o exercício de funções de interesse público ou de autoridade pública, poderá subsistir uma justificação para a sua conservação. Ainda assim, mesmo nestes casos, cabe à entidade responsável demonstrar que existem razões imperiosas e legítimas que se sobrepõem aos direitos, liberdades e interesses do titular dos dados, nos termos do artigo 21.º, n.º 1, do RGPD³⁸.

Em suma, o exercício do direito ao apagamento implica sempre uma ponderação casuística, devendo o responsável pelo tratamento justificar, de forma concreta, que a manutenção dos dados é necessária e proporcional, face à salvaguarda dos direitos fundamentais em presença³⁹.

VI – RESPONSABILIDADE E INDEMNIZAÇÃO POR DANOS IMATERIAIS

Observando o contexto imposto pelo legislador na tradução do RGPD, encontramos a definição de danos imateriais como sendo danos que abrangem prejuízos que não podem ser quantificados em termos monetários, mas que afetam a pessoa. Nesse sentido,

³⁶ UNIÃO EUROPEIA, *Acórdão do Tribunal de Justiça no Processo C-200/23*, *op. cit.*, cfr. n.ºs 118 e 119.

³⁷ *Ibidem*.

³⁸ *Idem*, cfr. n.º 120.

³⁹ *Ibidem*.

passaremos a abordar esta terminologia ao abrigo do RGPD como “danos imateriais ou matérias”, consoante os casos.

O Tribunal conferiu ainda grande relevância foi à questão da responsabilidade do responsável pelo tratamento e o conseqüente direito à indemnização. Neste seguimento, o RGPD expõe que qualquer pessoa que tenha sofrido um dano material ou imaterial, na sequência de uma violação do Regulamento tem o direito de ser indemnizada pelo responsável pelo tratamento, ao abrigo do artigo 82.º, n.º 1 do RGPD. Esta norma consagra um verdadeiro direito à reparação, integrando-se no quadro mais amplo da proteção dos direitos fundamentais dos titulares de dados. Acresce que qualquer responsável pelo tratamento que participe numa operação de tratamento é, em princípio, responsável pelos danos decorrentes de uma violação do RGPD, salvo prova de que o facto que originou o dano não lhe é imputável⁴⁰.

O acórdão esclarece que o direito à indemnização depende da verificação cumulativa de uma violação de uma disposição do RGPD, a existência de um dano e um nexo de causalidade. Referindo ainda que a mera violação do RGPD, por si só, não é suficiente para gerar o direito a indemnização. A pessoa afetada tem de demonstrar que sofreu efetivamente um dano, ainda que de natureza imaterial, como resultado direto da violação⁴¹.

Contudo, o TJUE adota uma interpretação ampla do conceito de “dano imaterial”, em linha com os considerandos 85 e 146 do RGPD, admitindo que a perda de controlo sobre os dados pessoais ou o receio fundado de uma futura utilização abusiva dos dados, pode, por si só, ser considerado um dano indemnizável, mesmo que não se prove qualquer consequência negativa adicional ou uma utilização abusiva efetiva. Esta perspetiva tem como objetivo garantir um elevado nível de proteção das pessoas singulares, conforme os propósitos centrais do RGPD⁴².

VII – A RELEVÂNCIA JURÍDICA DOS PARECERES DAS AUTORIDADES DE CONTROLO

No âmbito do mesmo processo, foi igualmente suscitada a questão do valor jurídico dos pareceres emitidos pelas autoridades nacionais de controlo (artigo 58.º, n.º 3, alínea

⁴⁰ REGULAMENTO (UE) N.º 679/2016, *Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) da União Europeia*, *op. cit.*, cfr. artigo 82.º.

⁴¹ UNIÃO EUROPEIA, *Acórdão do Tribunal de Justiça no Processo C-200/23*, *op. cit.*, cfr. n.ºs 140 a 146.

⁴² *Ibidem*.

b), do RGPD), em particular quanto à sua eventual relevância para excluir a responsabilidade da entidade responsável pelo tratamento⁴³.

Importa aqui esclarecer que as autoridades de controlo definidas nos termos do artigo 51.º do RGPD, entidades essas independentes na fiscalização da aplicação do regulamento, a fim de defender os direitos e liberdades fundamentais das pessoas singulares relativamente ao tratamento e facilitar a livre circulação desses dados na União, devem ser instituídas por cada Estado-Membro, que pode optar por designar uma ou várias autoridades nacionais. Quando existam múltiplas autoridades de controlo, o Estado-Membro em causa deve indicar qual delas representará o país no Comité Europeu para a Proteção de Dados, assegurando ainda o cumprimento das regras relativas ao controlo da coerência previsto no artigo 63.^{o44}.

O artigo 52.º reforça a exigência de independência funcional destas autoridades, estabelecendo que devem exercer os seus poderes e atribuições com total autonomia, não podendo os seus membros ser alvo de influências externas, diretas ou indiretas, nem solicitar ou receber instruções de qualquer entidade. No exercício do seu mandato, os membros devem abster-se de atos incompatíveis com as suas funções e não podem desempenhar outras atividades que comprometam essa imparcialidade. Compete ainda aos Estados-Membros assegurar que cada autoridade disponha dos recursos humanos, técnicos e financeiros necessários para o eficaz desempenho das suas competências, bem como autonomia na seleção e direção do seu pessoal. Esta autonomia inclui também um controlo financeiro que não prejudique a sua independência, e a existência de orçamentos públicos próprios, ainda que integrados no orçamento nacional⁴⁵.

Por fim, o artigo 53.º define as condições gerais aplicáveis aos membros das autoridades de controlo, cuja nomeação deve decorrer de um procedimento transparente e ser atribuída a entidades como o Parlamento, o Governo, o Chefe de Estado ou outro organismo independente, nos termos do direito interno de cada Estado-Membro. Exige-se que esses membros possuam qualificações, experiência e conhecimentos técnicos adequados, em particular na área da proteção de dados. As suas funções cessam com o termo do mandato, por exoneração ou por aposentação, conforme previsto na legislação

⁴³ *Idem*, cfr. n.ºs 171 e 172.

⁴⁴ REGULAMENTO (UE) N.º 679/2016, *Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) da União Europeia*, *op. cit.*, cfr. artigo 51.º.

⁴⁵ *Idem*, cfr. artigo 52.º.

nacional, sendo que a exoneração apenas é admissível em caso de falta grave ou incumprimento das condições necessárias ao exercício do cargo⁴⁶.

O TJUE é claro ao afirmar que tais pareceres têm natureza meramente consultiva, não sendo juridicamente vinculativos. Assim, o facto de uma autoridade de controlo ter emitido um parecer sobre determinada atuação não afasta, por si só, a responsabilidade da entidade que procedeu ao tratamento dos dados. Compete, portanto, à entidade responsável assegurar a conformidade do seu tratamento com o RGPD, mesmo quando este tenha ocorrido na sequência ou com base num parecer não vinculativo⁴⁷.

Esta posição do Tribunal reforça o princípio da responsabilização, também apelidado de «accountability», previsto no artigo 5.º, n.º 2 do RGPD, obrigando os responsáveis pelo tratamento a adotar medidas proativas e autónomas de conformidade, não podendo escudar-se em pareceres alheios para justificar práticas eventualmente lesivas dos direitos dos titulares⁴⁸.

⁴⁶ *Idem*, cfr. artigo 53.º.

⁴⁷ UNIÃO EUROPEIA, *Acórdão do Tribunal de Justiça no Processo C-200/23*, *op. cit.*, cfr. n.ºs 174.

⁴⁸ *Idem*, cfr. n.ºs 176.

VIII – CONCLUSÕES

O Acórdão C-200/23 reveste-se de particular relevância para todas as entidades, quer sejam elas públicas ou privadas, que gerem ou mantêm registos públicos com dados pessoais. A decisão clarifica que o regime jurídico da proteção de dados pessoais, nomeadamente os princípios consagrados no RGPD, não cede automaticamente perante interesses de publicidade ou transparência administrativa, exigindo uma ponderação criteriosa entre finalidades legítimas e direitos fundamentais.

Do ponto de vista prático, o acórdão impõe uma maior diligência por parte das autoridades de registo, que devem implementar mecanismos de avaliação prévia da informação a publicar, procedendo, quando necessário, à expurgação de dados pessoais não exigidos por lei. Esta exigência implica uma revisão dos procedimentos de tratamento e publicação documental, com impacto direto nos sistemas informáticos, nas normas internas e na formação dos recursos humanos envolvidos.

Por fim, esta decisão vem reiterar a posição central do RGPD como referência normativa para toda e qualquer atividade de tratamento de dados pessoais na União Europeia, mesmo em domínios tradicionalmente regulados por normas específicas, como é o caso do direito societário e os regimes de publicidade oficial de registo. O seu impacto projeta-se, assim, muito para além do caso concreto, estabelecendo uma orientação clara sobre os limites da publicidade em nome da proteção da privacidade.

IX – BIBLIOGRAFIA

LOURENÇO, Luísa, «O Reenvio Prejudicial para o TJUE e os Pareceres Consultivos do Tribunal EFTA» in *Julgar* n.º 35, Almedina, 2018, disponível para consulta em <https://julgar.pt/wp-content/uploads/2018/05/J35-08-L-Louren%C3%A7o.pdf> (consultado a 2 de junho de 2025), p. 189.

MENEZES CORDEIRO, A. Barreto, *Direito da Proteção de Dados à luz do RGPD e da Lei n.º 58/2029*, Almedina, 2022 – reimpressão, pp. 47 a 278.

MONIZ, Graça Canto, *Manual de Introdução à Proteção de Dados Pessoais*, Almedina, 2024, p. 177.

REGULAMENTO (UE) N.º 679/2016, *Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) da União Europeia*, 27 de abril de 2016, disponível para consulta em https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2961&tabela=leis&so_miolo= (consultado a 2 de junho de 2025).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA, «Composição», disponível para consulta em https://curia.europa.eu/jcms/jcms/Jo2_7024/pt/ (consultado a 2 de junho de 2025).

UNIÃO EUROPEIA, *Acórdão do Tribunal de Justiça no Processo C-200/23*, de 4 de outubro de 2024, disponível para consulta em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:62023CJ0200> (consultado a 2 de junho de 2025), n.ºs 47 a 49, 72 a 120, 140 a 176.

UNIÃO EUROPEIA, *Diretiva (UE) 2017/1132 do Parlamento Europeu e do Conselho*, relativa a determinados aspetos do direito das sociedades, 14 de junho de 2017, disponível para consulta em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32017L1132> (consultado a 3 de junho de 2025).

UNIÃO EUROPEIA, *Diretiva (UE) 2019/1151 do Parlamento Europeu e do Conselho*, que altera a Diretiva (UE) 2017/1132 no respeitante à utilização de ferramentas e procedimentos digitais no domínio do direito das sociedades, 20 de junho de 2019,

disponível para consulta em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32019L1151> (consultado a 11 de junho de 2025).

UNIÃO EUROPEIA, *Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (versão consolidada)*, de 7 de junho de 2016, disponível para consulta em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A12016E267> (consultado a 3 de junho de 2025).

UNIÃO EUROPEIA, «Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE)», disponível para consulta em https://european-union.europa.eu/institutions-law-budget/institutions-and-bodies/search-all-eu-institutions-and-bodies/court-justice-european-union-cjeu_pt (consultado a 3 de junho de 2025).